

Haroldo Farias admitiu que sua construtora realmente levantara o tapume, mas explicou que era para impedir que os proprietários "passassem a questionar os motivos daquele serviço e, como leigos no assunto, passassem a formalizar distorções, pois aquele prédio encontrava-se em fase de acabamento". O outro sócio, Eduardo Marques, o contraditório: disse que o tapume já existia, sendo apenas modificado. "O que ocorreu foi uma alteração na entrada de acesso ao prédio", argumentou.

O operário Odias Trindade Flexa acha que o tapume era mesmo para esconder os serviços feitos no pilar dos proprietários dos apartamentos, que "já faziam visitas à obra". O "Raimundo Farias" seria entregue aos seus donos em outubro e a "Marques Farias" estava muito atenta a esse detalhe. Por isso, impedia o acesso dos visitantes aos apartamentos nos quais já eram visíveis as feias rachaduras. O operário Manoel dos Reis Viegas diz que no dia 8, quando começaram a surgir rachaduras nas copas dos apartamentos, "lá foram colocadas várias latas de tintas que dificultavam o acesso às mesmas copas, acreditando que aquela medida foi adotada para evitar que os visitantes proprietários de apartamentos não pudessem ali entrar e observar os problemas que ocorriam". Alcir Ferreira Lima lembrou-se de que também foram colocadas portas nos apartamentos com rachaduras e João Batista referiu-se a travessas nas entradas, além de um vigia bloqueando a passagem.

Mas, apesar de uma tentativa de Archimino Athayde para convencer que os engenheiros chegaram a pensar na evacuação do prédio quando ele começou a rachar, nenhum deles confirmou essa versão. No depoimento à DOPS, Paulo Leão reconheceu que a única medida de segurança seria "a evacuação não só do prédio em obras, como também dos prédios vizinhos". Mas nenhuma vez essa providência foi tratada ao longo da semana em que a situação do "Raimundo Farias" foi se tornando extremamente crítica. No dia 13, havia operários assetando azulejos e lajotas no último andar. Dois operários da Villares montavam o elevador. Aos incautos visitantes, tudo deveria parecer normal.

Onze dias depois, moradores do edifício Villa-Lobos, semelhante ao "Raimundo Farias", abandonaram apavorados seus apartamentos depois de ouvirem estalos. Um engenheiro, convocado, atestou a "suspeita de recalque de um dos pilares de sustentação de maior carga do prédio". Entre 2,15 e oito horas da manhã houve evacuação total para que começasse a recuperação do prédio, seriamente ameaçado de desabar. Os moradores do "Villa-Lobos" foram poupados de uma nova tragédia pelo exemplo dramático e sangrento do "Raimundo Farias". Para o bem de todos, espera-se que este exemplo permaneça vivo na memória da cidade para sempre.

POR DENTRO

Ausência proveitosa

O governador Hélio Gueiros pode ter voltado decepcionado de sua viagem ao Japão, não trazendo os 120 milhões de dólares com os quais pretendia financiar duas obras de maior impacto (a ligação rodoviária de Belém ao Baixo Tocantins e o distrito industrial de Barcarena). Mas o vice-governador Herminio Calvino aproveitou muito bem a ausência do titular do cargo.

Herminio pagou 72 milhões de cruzados aos empreiteiros, que haviam começado, com recursos próprios, a recuperação da malha rodoviária próxima a Belém, numa ofensiva de emergência, sem concorrência pública. Mas também enviou à Assembléia Legislativa um projeto-de-lei que consolida o quadro de pessoal da Vice-Governadoria. Esse projeto deveria ser encaminhado juntamente com igual projeto para o Governadoria, reti-

do para certos ajustes, quando Hélio voltasse. Com os 74 cargos da Vice-Governadoria, a esmagadora maioria já existentes, mas reclassificados, o Estado gastará quase um milhão de cruzados por

mês. É equipe suficiente para transformar o gabinete do vice-governador em equipe eleitoral. Já foi dado um aviso aos navegantes: mais gente aportará no Palácio. Lauro Sodré.

Intervenção branca

O Ministro do Interior, João Alves Filho, nomeou um obscuro economista, já sem função relevante no Banco Central, para presidir o Banco da Amazônia - e não consultou as principais lideranças locais. Waldemir Messias de Araújo, 50 anos, 28 de carreira, foi, nos últimos sete anos, presidente da Fundação do Banco Central de Previdência Privada, às proximidades da aposentadoria. Nordeste, assumiu a presidência do Basa como uma espécie de interventor, embora ainda ninguém se considerasse em condições de dizer que espécie de inter-

ventoria realizará.

É a terceira intervenção branca sofrida pelo Basa nas duas últimas décadas. Nenhuma das indicações dos grupos políticos que disputavam o cargo prevaleceram. A nomeação de Messias pode ser entendida também como repesália à votação de vários políticos da Amazônia contra o mandato de cinco anos que o presidente José Sarney tentou conquistar. Entre os mais destacados, o senador Almir Gabriel e o deputado federal Bernardo Cabral.

Jornal Pessoal

Editor responsável: Lúcio Flávio Pinto
Endereço (provisório): rua Aristides Lobo, 871,
Belém, Pará, 66.000. Fone: 224-3728.
Diagramação e ilustração: Luiz Pinto
Opção Jornalística

Jornal Pessoal

Lúcio Flávio Pinto

Nº 6

2ª quinzena de novembro de 1987

Cz\$ 30,00

EXCLUSIVO

Desabafo de Gueiros

No encerramento da avaliação dos seis meses de trabalho, o governador Hélio Gueiros, respondendo a críticas internas, fez um desabafo. "Não cheguei aqui de pára-quadras", disse ele. Foi o mais tenso pronunciamento até agora.

Seis meses, embora apenas um oitavo do mandato completo, já foram tempo mais do que suficiente para o governador Hélio Gueiros perceber que recebeu de seu antecessor, correligionário e amigo, o atual ministro Jâder Barbalho, um "abacaxi" muito mais difícil de descascar do que aquela fruta que lhe foi descrita durante a campanha eleitoral. Mas só no encerramento de um seminário interno de avaliação do primeiro semestre de governo, realizado entre os dias 2 e 3 de outubro, é que Gueiros colocou para fora algumas das observações, que vem fazendo em círculos mais íntimos, sobre o acervo recebido da administração anterior.

"Foi um desabafo", como ele mesmo disse diante de sua equipe, surpresa e espantada com os termos duros do pronunciamento do governador, que nenhum jornal de Belém publicou. Sem citar nenhuma vez o nome, Gueiros respondia a uma curta intervenção, um pouco antes, do Diretor da Companhia de Distritos Industriais, Sérgio Leão. Mas aproveitou para ir bem mais longe, provavelmente por achar que Leão - um dos membros da equipe anterior mantida na atual - também havia dado um recado.

Ato desastroso - Respeitado por sua competência profissional, Sérgio Leão cometeu um ato que seus próprios amigos classificam de desastroso, embora involuntário: pediu a palavra ao coordenador do seminário, o secretário de Planejamento, Amílcar Tupiassu, para lamentar "a falta de um programa de governo", seis meses passados do início da nova administração.

Ironizou o "slogan" do governo Hélio Gueiros, dizendo ter ficado patente que, "em vez do caminhando", a equipe governamental está enfrentando "descaminhos setoriais". E fulminou: "o governo ainda não tem plano e está correndo atrás dele". Sugeriu que o orçamento do próximo ano deveria funcionar como um programa de governo, "já que nós não temos nada para perseguir". Lamentou que a reunião de avaliação tivesse sido realizada "tarde demais" e não logo no início do governo.

Sérgio Leão constatou ainda a "falta de entrosamento, até mesmo de afinidade, com superposição de atividade e total desequilíbrio a nível de definições".

Provocando tensão no ar do auditório do Centro de Recursos Humanos, em Marituba, arrematou: "Nós estamos chutando para mais um ano essa possibilidade de acerto".

Amílcar Tupiassu tratou de dar a primeira resposta, de pronto, considerando "um exagero" a crítica do diretor da CDI, que estaria "exagerando na desesperança". Observou que o orçamento para 1988 repetia os orçamentos anteriores, "e nem por isso os governos anteriores ficaram sem rumo".

Mas a exposição de Sérgio Leão contrastara demais com o tom conciliador ou tímido das poucas críticas feitas por secretários e dirigentes de empresas públicas, embora nas entrelinhas alguns sugerissem preocupações semelhantes às manifestadas crudamente por Leão. O contraste estimulou ainda mais o tom da resposta do governador, que em alguns momentos mais parecia estar fazendo um discurso de palanque, como se revidasse uma agressão.

Estes foram os principais tópicos da intervenção do governador, que tinha endereços certos:

- Ninguém conte comigo para aventuras. Conte com trabalho sério. Quem trabalha com seriedade terá meu apoio.

- Não faço nada por demagogia. As tentações do poder já não têm mais condições de me atingir.

- Não interfira na formação da equipe de ninguém. Não puxei do bolso o nome de ninguém para pedir que indicassem.

- Elogiou o presidente do Iterpa (Instituto de Terras do Pará), Walcyr Monteiro. Ele está distribuindo terras sem espalhafato, sem programa. Não é obrigado a distribuir 50 ou 60 mil títulos. Vai distribuir os títulos que puder distribuir. Tem ordem minha: está pronto o título, entrega. Não gosto de farolada. Isso não faz o meu gênero. (Citou, como exemplo desse estilo, a inauguração do conjunto residencial Teixeira Gueiros, em homenagem a seu pai: "Não houve inauguração solene, com muita farolada".)

- Pode ser que alguém não esteja acostumado com esse tipo de administração. É problema de cada um.

- Sou governador do Estado e não abro mão dis-

so.

– Quem tem que gostar aqui é o governador, ninguém mais.

– **Aqui não falou nenhum demagogo, nenhum malandro.**

– Não é mole governar com seriedade.

– **Não cheguei aqui de pára-quebras. Foi uma luta árdua, difícil. Me cassaram, me espancaram, me prenderam, me cortaram os direitos políticos, me proibiram de exercer minha profissão de jornalista. Tinha cinco filhos para criar, mas me deixaram no meio da rua. Os líderes do movimento de 64 tinham ódio de mim. Por quê, eu não sei. Não fiz nada contra eles. Apenas sempre fui leal ao povo. É por isso que mereci o respeito da opinião pública e cheguei aqui de cabeça erguida, sem conchavo com ninguém, sem cambalacho de espécie alguma.**

– **Quando desabafo, desabafo pra valer.**

– **Me acusem de tudo, mas não me acusem de falta de seriedade no trato da coisa pública. Pretendo manter incólume essa minha reputação até o fim.**

– Podemos ser complacentes com uma fraqueza administrativa aqui e ali. Mas não vamos transigir com a falta de seriedade e honradez no trato da coisa pública.

– **Vamos trabalhar de mãos dadas, sem posturas, sem imposturas, sob o comando único e exclusivo do governador constitucional do Estado do Pará, que sou eu.**

– Temos que estimular o trabalho, não bancar pôse, querer puxar a orelha de quem quer que seja.

Os desdobramentos – Vários dos participantes do encontro, consultados, admitiram, reservadamente, que uma das seqüências mais imediatas do episódio poderá ser o afastamento de Sérgio da CDI, por iniciativa dele ou do governador. “Não há mais clima para ele no governo”, disse uma das fontes, lamentando a perda, “se ela vier a ocorrer”.

— Presente de grego —

Os governadores da Amazônia comemoraram o recebimento de um presente, a devolução das terras devolutas federalizadas em 1971 pelo decreto 1164, sem terem certeza de que não se trata de um presente de grego. Na verdade, receberão uma herança amarga. Em 16 anos, o governo federal apurou a situação dominial de apenas um quarto desse vasto patrimônio fundiário. Na área discriminada, onde a terra pública já foi separada da propriedade privada, uma pequena parcela recebeu destinação econômica. Na maior parte houve mesmo apropriação ilegal.

Além disso, o eixo das rodovias federais, a partir do qual foi estabelecida a faixa de domínio da União com 200 quilômetros de largura, transformou-se numa zona conflituosa. É nela que se concentram os conflitos de terra da Amazônia, já que as estradas valorizam o preço do terreno e dão acesso aos mercados. Os Estados, que antes tinham apenas o poder de polícia, agora vão precisar administrar esse conturbado espólio, às pressas repassado pelo governo Sarney, sem nenhuma garantia de que receberão os recursos necessários para viabilizar qualquer tipo de ação administrativa compatível com a dimensão do problema. E ainda que não falte dinheiro, faltará gente e competência para os órgãos fundiários estatuais, esvaziados nesse período de interregno federal.

Mais grave ainda: não sendo abolido outro decreto-lei, baixado com base no 1164 pelo governo Geisel, em 1976, as terras mais valorizadas do Pará continuarão sob o domínio da União. Esse decreto foi a extensão do 1164, usa-

Ainda que a voz dissonante seja abafada, não há dúvida que ela expressa uma das vertentes do governo. “O alvo principal das críticas era o secretário de Planejamento”, interpreta outro dos consultados, “mas, por trapalhada, o tiro acertou em cheio o governador”.

Há insatisfação e indefinição sobre a forma de governar. Uns acham que a administração está muito solta e imediatista, reagindo aos fatos de cada dia. Outros não querem fazer planejamento de maior alcance, alegando as incertezas da conjuntura nacional. Mas há aqueles que, mesmo admitindo essas restrições, querem planejamento estratégico para alguns setores, como mineração e energia. Não concordam com o “planejamento em processo” do secretário Amílcar Tupiassu, exigindo a formulação de um texto acabado, de um plano formalmente constituído.

Condimentando essa tertúlia de certa forma acadêmica, ingredientes políticos dão fervura à discussão. Pode parecer que as críticas partem da administração Barbalho contra a administração Gueiros, por via oblíqua. O governador reage a tais investidas com uma concepção pessedista do centralismo democrático, com maior dosagem do primeiro elemento do que do segundo. Mesmo sem ter exatamente a prática, o governador Hélio Gueiros aspira ao estilo do ex-governador Magalhães Barata, com o qual já convivia quando Jáder ainda estava nas fraldas.

A matriz, portanto, é outra, ainda que as diferenças sejam mais de forma do que de conteúdo. Mas são distinções suficientemente expressivas, na ótica muito mais consistente de Gueiros, para que ele as exija. Nestas origens dissociadas no tempo podem ser buscadas as motivações para o crescente distanciamento dos dois líderes políticos, uma fatalidade do tipo daquela na qual os gregos eram mestres, quando constituíam suas tragédias, comédias ou um pouco de cada uma delas.

do como recurso extremo para impedir que o governo Aloysio Chaves vendesse as áreas da província mineral de Carajás à Companhia Vale do Rio Doce, um processo que se transformou em escândalo nacional. Embora a BR-158, de São Félix do Araguaia a Altamira nunca tenha sido construída, o governo federal assumiu a jurisdição sobre 30 milhões de hectares ao longo dessa rodovia porque o 1164 permitia a federalização até mesmo das estradas simplesmente projetadas no mapa.

A súbita iniciativa do governo de revogar o 1164 se antecipou à norma constitucional, que está sendo definida na Constituinte, e evitou uma esclarecedora discussão pública, mas incômoda para o governo, sobre a constitucionalidade do decreto (questionamento que pode gerar o direito de indenização em favor dos Estados) e sobre o fato de que continua em vigor dispositivo constitucional que possibilita a decretação do interesse para a segurança nacional sobre as terras da Amazônia, sempre que este interesse for argüido pela União. A segurança nacional foi, ao longo de 16 anos, a panacéia para acobertar muita negociação agrária, travestida de regularização ou, mais recentemente, de reforma agrária.

Diante de tantos complicadores em suspenso, a festa organizada para comemorar o ato de revogação, em Belém, pelo presidente Sarney, só não espanta porque todos sabem que os troianos também comemoraram o cavalo que os gregos lhe deram de presente.

Companhia incômoda

Para prender Leir Saraiva Gomes, cumprindo a ordem da juíza da 7ª Vara Penal, Heralda Rendeiro, qualquer delegado lotado na sede da Secretaria de Segurança Pública teria que dar apenas alguns passos. Leir é um diário e desembaraçado freqüentador do gabinete e da residência do próprio secretário, coronel Antonio Carlos Gomes, atendendo telefone, abrindo porta e até mesmo convocando delegados, além de andar ao lado do secretário no carro oficial ou acompanhá-lo ao sítio, no final de semana.

O fato vem provocando comentários e embaraços na Segup. A ficha de antecedentes criminais de Leir, um ex-soldado expulso da Polícia Militar e correitor do Detran, tem seis registros, dos quais três foram cancelados. Sua passagem pela polícia começou em 1974, indiciado por crime de estelionato. Os outros registros são por lesões corporais, contrabando, falsidade ideológica e por participar do jogo do bicho. Saraiva tem uma banca que funciona na praça Dom Machado Costa, vizinha ao prédio da Segup.

No ano passado ele foi indiciado duas vezes. Uma pela Polícia Federal, que o prendeu em flagrante por contrabando. A outra foi pela DOPS, uma divisão da Segup. Ao encerrar o inquérito, no dia 27 de novembro, o delegado Paulo Tamer disse não ter feito a identificação criminal porque o juiz Otávio Maciel concedeu um salvo-conduto para Leir, mas afirmou ter constatado nele “aptidão para atitudes anti-sociais e penalmente reprováveis”.

Convencida de que nos autos do inquérito havia prova do crime, além de impressionada pelos seis assentamentos, a juíza Heralda Rendeiro expediu o mandado de prisão preventiva, para que Leir “fosse afastado da sociedade, por algum tempo, para que não volte a por em prática suas ações perniciosas e prejudiciais e para que, ardiloso como é, não venha a prejudicar o andamento do feito e futura aplicação da Lei Penal”.

Leir foi indiciado depois que o Banco do Brasil denunciou-o por ter-se apropriado, em setembro de 1985, de 800 milhões de cruzeiros (na moeda de então), graças a um artifício fraudulento. Ele forjou uma ordem de pagamento vinda de Natal, no Rio Grande do Norte, e, usando dupla identidade falsa (como pessoa física e em nome de uma empresa jurídica), sacou ilicitamente o dinheiro. Agentes da Polícia Federal, quando prenderam Leir, encontraram na casa dele uisques e perfumes contrabandeados. Antes de transferi-lo para a polícia civil, o indiciaram, remetendo o processo para a Justiça Federal. Ouvido na DOPS, Leir negou o crime, mas tanto o delegado como a juíza não tiveram dúvidas de pedir sua prisão por causa do volume de provas juntadas aos autos. A detenção, porém, não foi cumprida.

Total desconhecimento – É pouco provável que o coronel Antonio Carlos Gomes desconheça os registros de sua secretaria, transformando em auxiliar de confiança alguém com tão movimentada história de contravenções e duplo processamento penal ainda em curso. Mas o secretário tem dado demonstrações de alheamento a suas tarefas realmente embaraçantes.

Um desses atestados foi passado na semana passada, quando ele depôs na CPI da Assembléia Legislativa que apura o assassinato do ex-deputado Paulo Fonteles. O coronel disse não saber se a Politur (Polícia de Proteção ao Turismo) estaria funcionando nas dependências da Jonasa, empresa de Joaquim Fonseca, acusado de ser o mandante do crime pela família Fonteles.

Horas antes de tomar posse na secretaria, em março, o coronel acompanhou o então secretário, Lélcio Alcântara, à inauguração da Politur, que de fato é mais do que vizinha da sede da Jonasa, na orla da baía de Guajará. Já naquele momento era dado como certo que a empresa não apenas havia doado o terreno para a delegacia, como financiara sua construção e suplementaria as despesas operacionais. Naturalmente, tal benemerência gerava como subproduto os serviços de polícia quase como segurança particular.

No momento em que a polícia é chamada a atuar com imparcialidade e eficiência da elucidação de um crime, no qual Fonseca é acusado de envolvimento, a associação da Politur com a Jonasa é “uma acusação muito grave”, como admitiu o coronel no seu depoimento. Mas se tal vinculação teve natural destaque na CPI, tão ou mais grave são outros fatos, que levaram o secretário a instaurar sindicância, até hoje não concluída.

Segundo uma das denúncias, uma lancha doada à polícia paraense pelo Ministério da Justiça, ao invés de ir para a Politur, foi usada durante vários meses pelo então diretor administrativo da Segup, Mário Moreira. No final de 1986 serviu à campanha eleitoral do ex-secretário e atual deputado federal Arnaldo Moraes Filho, concunhado de Moreira. Depois, a lancha foi incorporada aos fins-de-semana do ex-diretor, só sendo retomada na atual administração, que a foi encontrar ancorada no late Clube, com a hélice avariada (o conserto custou 280 mil cruzados).

A sindicância foi sustada e, com ela, outra investigação, sobre os bens móveis e imóveis da Segup. A devassa que o coronel Antonio Carlos prometera, sob o impacto das primeiras descobertas que fez quando assumiu a Segup, parecem ser coisa do passado. A presença de Leir Saraiva Gomes no gabinete parece ser um sinal do presente.

Prédio foi derrubado

A tragédia do edifício Raimundo Farias pode prevenir outros acidentes no futuro. Mas se as sangrentas lições que só agora estão sendo reveladas forem aprendidas. Do contrário, o crime se repetirá – e ficará impune.

"Deus segurou os outros prédios, mas deixou cair esse para nos ensinar". A confissão, feita por um dos engenheiros da obra, dá uma explicação alegórica sobre as causas do desabamento do edifício Raimundo Farias, o mais grave acidente da construção civil em toda história do Pará, com 39 mortes.

Os dois laudos técnicos divulgados até agora (o da polícia técnica de São Paulo, encomendado pela DOPS, e o da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pedido pela Secretaria Municipal de Obras) põem em dúvida ter-se tratado propriamente de um acidente. A leitura dos documentos deixa nítida a sensação de que o prédio não caiu, mas acabou derrubado pela negligência com que foi projetado e construído – e pelo excesso de confiança dos técnicos chamados para tratar de seus problemas quando eles começaram a aparecer.

É quase certo que os erros cometidos no projeto e na execução do "Raimundo Farias" se repetem em muitas outras obras semelhantes espalhadas pela cidade. Há pelo menos 11 prédios sendo recuperados ou que já foram salvos em Belém, depois de estarem seriamente ameaçados de ruir. O caso mais clássico é o do edifício Godoy. Ele inclinou quase um metro, mas sua estrutura suportou o recalque, permitindo que os engenheiros tivessem tempo para reaprumá-lo. Outros prédios grandes como o "Paes de Carvalho", o "Pedro Carneiro" e o "Gilberto Mestrinho" também atravessaram a mesma linha de alto risco.

Quando o "Raimundo Farias" tombou cinco centímetros, os engenheiros, acostumados a esse tipo de evento, que já integrava a rotina dos construtores (embora pouco conhecidos fora desse círculo), acharam que era mais um caso a resolver sem grande dificuldades. Uns desconheciam os atropelos ocorridos desde que começou a obra, no final de 1985. Outros não avaliaram adequadamente a ousadia do projeto.

Sem segurança – Os técnicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro que prepararam o laudo para a Prefeitura trataram de destacar esse aspecto. Observam que o prédio é "uma estrutura constituída por pórticos esbeltos isolados, interligados basicamente pelas lajes de piso, com deficiências nas ligações estrutura-fundações". Erros de cálculos fizeram com que seis dos 14 pilares, que faziam a articulação da estrutura superior do prédio com suas fundações, estavam com cargas verticais permanentes

nas fundações superiores às cargas de projeto. O pilar número 12, por exemplo, justamente o que provocou o desabamento, estava recebendo uma carga 35% superior à prevista no projeto.

Como o prédio foi construído com base em cálculos errados ou inadequados, a cada acréscimo de carga permanente (com a ascensão dos pavimentos) a pressão sobre o conjunto pilar-estaca tornava-se maior do que ela podia realmente absorver, desencadeando um "processo relativamente lento de flambagem". Já no estágio avançado desse processo, o pilar 12 sofreu "ruptura brusca por flexo-compressão".*

As características do desabamento, que fizeram o prédio entrar em colapso total como se tivesse sofrido uma implosão, são atribuídas à "concepção estrutural básica em balancins", que "gerou momentos resultantes nos pilares de cada pavimento sempre voltando para o interior do edifício". Os peritos dizem que esse mecanismo "se deveu ao fato de que tanto fundações – consideradas isoladamente ou em conjunto com os elementos estruturais a ela ligados – quanto os próprios pilares em concreto armado não apresentavam a necessária reserva de segurança prescrita pela normas de projeto".

O "Raimundo Farias" foi concebido por seu calculista como uma estrutura não convencional. Seu cintamento era ao nível térreo, sem laje de piso, "sendo inadequado e por vezes inexistente na direção longitudinal do obra". As únicas vigas – ainda assim "bastante esbeltas" – existentes nos pavimentos eram as que se ligavam ao poço de elevadores e à caixa de escada, não havendo vigamentos contínuos transversais. Esse núcleo estrutural, por sua vez, era constituído "por pilares de pouca rigidez a flexão e vigas ainda menos rígidas". Havendo essa deficiência nos pavimentos estruturais inferiores, no alto do prédio não foi construído "travejamento horizontal adequado", capaz de compensar a ação do vento.

Por tudo isso e por vários outros detalhes técnicos apontados, o relatório de UFRJ diz que seria preciso fazer "uma verificação rigorosa de estabilidade e um dimensionamento dos elementos estruturais (estacas metálicas e pilares) com adoção de coeficientes de segurança majorados, bem como um detalhamento adequado em termos de travamento ao nível do coroamento das fundações".

As graves deficiências – Ao contrário, a estrutura apresentava graves deficiências. Suas estacas, "de grande esbeltez", metálicas e com ponteiras de concreto, estavam sujeitas a flambagem para cargas inferiores às exigidas por norma (com coeficiente de segurança). Os pesquisadores da UFRJ só admitiriam a adoção desse tipo de estacas se elas fossem submetidas a uma prova de carga, não realizada, como é praxe na quase totalidade das construções em Belém.

Os técnicos apontam também uma incorreta distribuição de cargas nos pilares, que fez alguns deles ficarem sob cargas "maiores que as de projeto". Dizem que esta situação "foi ainda agravada pela execução de mais um pavimento e pela adoção de revestimentos de piso com espessuras maiores do que aquelas consideradas no projeto estrutural".

O relatório indica ainda a inexistência de cintamentos na direção longitudinal da obra ou de uma laje de piso no nível térreo, "para impedir deslocamentos horizontais dos pilares ou blocos de fundação", e a falta de verificação rigorosa do conjunto pilar-estaca como deficiências que contribuíram para o desabamento.

Os responsáveis – Menos técnico e mais sumário, o laudo do Instituto de Criminalística de São Paulo repete a maioria dos itens relatados pelos pesquisadores de UFRJ sobre o sistema de travamento da fundação, as irregularidades nas cargas dimensionadas, o "aumento da carga estrutural sem o devido recálculo e reforço das fundações" e as "definições construtivas". Mas dá uma redação enfática ao que o relatório técnico da Universidade não conclui. Diz que houve deficiência de sondagem e irregularidade na cravação das estacas, "com comprometimento da nega" (o ponto no subsolo em que as estacas ficam sustentadas).

Se seguisse fielmente as conclusões do relatório da polícia paulista, o delegado Paulo Tamer, que preside o inquérito na DOPS, teria que incriminar todos os cinco engenheiros responsáveis pelas várias etapas da obra, da sondagem à construção. Os laudos já não deixam mais dúvidas sobre as responsabilidades de Eduardo Marques e Haroldo Farias, donos da Construtora Marques Farias, e Archimino Athayde Neto, o calculista. Mas há uma controvérsia técnica instaurada a respeito de Antonio Eneas Resque Duarte, responsável pelas sondagens, e Fabiano Pinheiro, das fundações. Todos estão indiciados, mas talvez o delegado acabe deixando para a Justiça a tarefa de decidir sobre a incriminação dos dois últimos. Eles apresentaram o parecer de uma consultora especializada de São Paulo, a Consultrix, de que as profundidades dos pilares são "perfeitamente normais" e que a "nega" obtida é inquestionável.

Se dependesse dos peritos da polícia paulista, nenhum dos engenheiros escaparia ao enquadramento de crime culposo por negligência e imperícia. Mas o relatório da UFRJ e as contestações das defesas apresentadas por Eneas e Fabiano poderiam levar o delegado Tamer a decidir não expor-se a uma desqualificação em juízo, que poderia comprometer todo o seu trabalho, por arrolar dois indiciados que

não estariam com sua culpa comprovada.

Ainda assim, a decisão é delicada. Desde que, pela primeira vez em muitos anos, três engenheiros foram obrigados a recorrer a "habeas corpus" para não serem identificados na polícia como criminosos (casos de Haroldo, Eduardo e Archimino), a categoria vem discutindo nervosa e agitada a questão. Uns querem conferir "status" superior ao relatório da UFRJ em relação laudo da polícia paulista. Há os que contestam tanto um, produzido sem visita ao local, como o outro, elaborado depois de uma permanência dos técnicos de apenas cinco dias em Belém.

Culpas evidentes – Os termos categóricos dos dois laudos, entretanto, indicam que nenhum desses dois aspectos será suficiente para invalidar o que constataram. Os erros e deficiências estruturais e construtivos do "Raimundo Farias" ficaram tão evidentes, quando submetidos a uma análise mais refinada, que desautorizam qualquer controvérsia. No entanto, como determinados aspectos foram – deliberadamente ou não – apenas referidos superficialmente nos dois trabalhos, ainda há um vasto campo aberto à investigação propriamente policial, que poderia até evoluir do crime culposo para o crime doloso, agravando a situação dos indiciados.

Um desses aspectos é o número exato de andares que tinha o "Raimundo Farias". Os pesquisadores da UFRJ encontraram uma discrepância entre o projeto arquitetônico e o projeto estrutural, dois produtos distintos entregues à elaboração de dois técnicos diferentes. O projeto arquitetônico previa 12 pavimentos, reduzidos no projeto estrutural a 11. Consultada, a Secretaria de Obras confirmou que foram construídos 12 pavimentos, sendo 10 "standard" e dois "duplex". Os pesquisadores, porém, não parecem ter considerado definitiva a informação, preferindo trabalhar em cima das duas hipóteses, mesmo porque, na projeção das cargas, o calculista levava em consideração uma estrutura com 11 pavimentos.

É quase inacreditável que uma dúvida dessa seja suscitada nos laudos e ao longo do inquérito, mas ela deixa de surpreender tanto quando se reconstitui a trajetória dos sucessivos projetos que foram sendo preparados para o "Raimundo Farias". O Projeto original, que chegou à SEMOB em novembro de 1985, tinha 11 andares e 2.060 metros quadrados de área construída. No mês seguinte a área foi ampliada para 3.636 metros quadrados. E, em outubro de 1986, foi novamente modificada, ficando com 3.859 m² de área construída. Mas as modificações realmente feitas estariam plenamente de acordo com o que foi descrito nos projetos aprovados pela Secretaria, o CREA e os bombeiros?

Dúvidas sem respostas – As dúvidas, que vão do número de pavimentos ao acréscimo dos 24 pares de sacadas com 170m² e 70 toneladas de peso (introduzidas para valorizar e embelezar o prédio, quando sua estrutura – no início apenas um feio caixote retangular num terreno estreito e comprido – já estava levantada), são estimuladas por uma certa desorganização da Construtora Marques Farias. Quando a obra já estava no quinto piso, os engenhei-

ros verificaram que estavam se utilizando equivocadamente da planta original de ferragens dos pilares e não da nova planta, que Archimino Athayde havia elaborado em substituição. Archimino teve que recalcular novamente os quatro pilares situados nas extremidades do prédio, reforçando-os.

A história dessas modificações de projeto e sua execução ainda não foi satisfatoriamente reconstituída. O responsável pela Fundações Ltda, Roberto Santos Cardoso, disse em seu depoimento à polícia que as fundações foram efetuadas entre fevereiro e março de 1986, enquanto as modificações estruturais se processaram em meados de outubro desse ano, sem o conhecimento de sua empresa e sem o reforço das fundações.

Haroldo Farias, um dos donos da construtora, explicou que sua empresa não notificou a Fundação Ltda sobre a alteração do projeto, "por ser costumeiras tais informações serem repassadas à empresa que executa serviços de fundações pelo calculista das obras". Mas Archimino Athayde rechaçou ser o responsável pela comunicação, negando também que o acréscimo de carga tenha causado o desabamento. Já Fabiano Pinheiro, da Fundações Ltda, disse no seu depoimento que os acréscimos podem ter influído sobre o equilíbrio do prédio, evitando, porém, fazer maiores comentários porque desconhecia esse acréscimo.

Há ainda um outro detalhe importante. O terreno, estreito e comprido, determinou a configuração do prédio. O arquiteto Edson Arruda disse, logo depois de depor na polícia, que concebeu o edifício exatamente no limite do terreno. Mas Edson não foi consultado sobre as alterações posteriores. Isso pode significar que, acrescentado o andar dos "duplex", a Construtora extrapolou os limites do projeto licenciado pela SEMOB, tornando-o, por esse prisma, ilegal. Para que isso não ocorresse, adequando-se à lei de zoneamento, teria que dispor de mais terreno.

Uma lição sangrenta – Haroldo Farias diz que mesmo com as modificações no projeto não seria ne-

Uma semana muito negra

Em fevereiro deste ano toda a estrutura do edifício Raimundo Farias, localizado num dos perímetros de mais acelerada valorização imobiliária de Belém (embora um dos mais complicados para grandes construções, porque marginal a um igarapé, com água até a superfície do terreno), estava levantada, com quase 40 metros de altura. Um pouco antes, quando a construção se encontrava entre a 9ª e a 10ª laje, o calculista do prédio, Archimino Athayde Neto, foi chamado para ver uma fissura que surgira numa viga localizada fora da torre central, onde seria a garagem. Archimino concluiu que se tratava de uma fissura "comum em obras de tal porte". Pediu que os responsáveis pela obra observassem para ver se se caracterizava um "movimento". Mas não foi novamente incomodado.

No entanto, segundo o depoimento de Manoel Emilitinho da Fonseca à DOPS, entre fevereiro e março

cessário reforçar as fundações. Segundo ele, o acréscimo de peso inerente à alteração no projeto "deveria ter sido pelo calculista previsto, pois os cálculos de fundações normalmente obedecem um coeficiente que admite certa sobrecarga com relação ao peso total do prédio".

De acordo com o projeto, o coeficiente de segurança do "Raimundo Farias" era dois, isto é, ele poderia suportar o dobro da carga projetada. Se isso fosse verdade, realmente as fundações não precisariam de reforço. Mas o prédio veio abaixo quando ainda faltava 20% para atingir seu peso de projeto. Com tantas deficiências assim, Deus – para usar a alegoria do engenheiro – deve ter preferido não segurar o "Raimundo Farias" para evitar que os erros, negligências, imperfeições e descasos continuassem fazendo parte da rotina da engenharia em Belém. A tragédia do "Raimundo Farias" vai servir de marco de referência, se a sociedade cobrar devidamente o alto preço – em vidas humanas estupidamente sacrificadas – exigido por essa lição.

(*) – A flambagem, na linguagem da engenharia, consiste no encurvamento "a que estão sujeitas peças de uma estrutura (tais como colunas e pilares) que trabalham por compressão", como registra o dicionário "Aurélio". Flexionado por essa compressão, o pilar foi esmagado e ruiu bruscamente.

O acidente com o "Raimundo Farias" provocou uma redução drástica no ritmo da construção civil em Belém, mas a "normalidade" vai sendo retomada aos poucos, à medida em que as pessoas vão esquecendo o episódio. De janeiro a julho, a média de alvarás concedidos pela Secretaria Municipal de Obras foi de 38 por mês, com o "pique" em maio, quando houve 45 licenciamentos. Em agosto o número baixou para 25 e, em setembro, foi parar no menor índice: apenas 13 alvarás. Em outubro a procura voltou a aumentar, com 21 licenças para construção expedidas.

os operários já faziam comentários sobre rachaduras que surgiam na viga de cima do pilar 12. O mestre de obra os tranquilizava dizendo tratar-se de situação comum (os peritos da UFRJ salientaram que o pilar sofreu um "processo relativamente lento de flambagem"). Novas rachaduras apareceram quando foram cravadas estacas em frente ao prédio.

A semana crítica – O processo só tornou-se acelerado no dia 5 de agosto, quando o mestre de obras foi informado do aparecimento de fissuras no 1º e no 2º andares, depois estendidas – pelas copas dos apartamentos – até o 12º pavimento. No dia seguinte trincas foram notadas e no dia 7 o engenheiro Archimino foi chamado. Ele verificou então que a situação era mais grave do que alguns meses antes: a estrutura "havia se movimentado".

O problema era em um pilar central, o 12, ligado no subsolo a cinco estacas e projetado para suportar

262 toneladas, um dos mais solicitados entre todos os pilares. Na região desse pilar houve apenas uma sondagem, com 19 metros de profundidade, "que não exprime realmente o solo do local", segundo o parecer dos peritos da polícia paulista, que consideraram a "nega" (ponto de sustentação do prédio) duvidosa.

Na segunda-feira, dia 10, a situação já era crítica; os operários que depuseram no inquérito deixaram isso bem claro. Eles perceberam que, naqueles dias, os dois engenheiros da obra já estavam no local às seis da manhã. Normalmente, Paulo Leão só chegava às 9 horas da manhã e Eduardo Farias só ficava de oito a 15 dias por mês. Ainda assim, o operário Manoel Emilitinho disse que durante a escavação do pilar afetado "nenhum engenheiro compareceu para inspecionar aquele bloco ou mesmo a escavação".

Um operário que limpava esse bloco mostrou ao engenheiro Paulo Leão que o pilar de sustentação havia se deslocado do bloco. Como demonstração, enfiou uma colher (instrumento de trabalho do pedreiro) no vão. Archimino confirmou que as estacas estavam ligeiramente fora do prumo e o bloco de concreto sofrera rotação de aproximadamente cinco centímetros.

Os engenheiros decidiram então escavar ao redor do pilar, já que o prédio, sem laje de piso (uma das deficiências apontadas no laudo da UFRJ), não podia ser escorado: as escoras, sem o suporte adequado, afundariam (os operários do escritório do engenheiro Paulo Barroso, o último a ser chamado, diriam depois que se o prédio não fosse escorado, cairia). A escavação seria feita para permitir aos engenheiros observar a parte inferior do bloco e as estacas que o

Pontos negros

O observador mais atento notará que dois prédios, embora ainda em construção, já estão escorados. Um deles é o "Times Square", apenas uma quadra distante dos escombros do "Raimundo Farias". Escoras de madeira fazem a sustentação entre os pisos e a situação, crítica, fez a construtora convocar o engenheiro Paulo Barroso, transformado – nos últimos meses – numa espécie de bombeiro da engenharia local. O cálculo, as sondagens e as fundações foram executadas pelos mesmos personagens do "Raimundo Farias".

Também a futura sede da TV Carajás, na Almirante Barroso, está escorada por pilares de madeira. Além do recalque, teria havido trincas nas vigas. A construtora pertence ao mesmo grupo proprietário da emissora, a Belauto, que já está com problemas em relação à torre-restaurant (ver Jornal Pessoal número 5).

Na Doca de Souza Franco é bastante delicada a situação do Conjunto Cabanagem, particularmente o edifício Felipe Patroni. O piso da garagem afundou por completo, há trincas nas lajes e na alvenaria e a água se infiltra pelas ferragens das lajes, vigas e pilares, oxidando-as. Se não forem logo realizados serviços de recuperação, a estrutura poderá ficar comprometida. O edifício tem apenas seis anos de uso.

sustentariam. O problema deveria ser contornado com a cravação de estacas de reforço.

O buraco perigoso – o buraco aberto atingiu profundidade entre 2,20 e 2,50 metros, segundo os vários testemunhos prestados à polícia. Suficientemente profundo para permitir que Archimino e Antonio Enéas se deitassem sob os blocos e vissem as estacas. No vão entre elas, havia um vazio, preenchido apenas por água. Com a escavação, o terreno já não mais comprimia o pilar, nem o sustentava. O operário Adenor Freitas Magalhães ficou com medo desse buraco, que "estava profundo e com isso receava que a obra caísse". Quando começaram os estalos, foi saindo de perto do prédio – e assim se salvou.

No dia 13, dia do desabamento, pela primeira vez todos os engenheiros mobilizados pela Construtora Marques Farias estavam na obra. Mas Fabiano Pinheiro sugeriu que recorressem a um engenheiro até então estranho ao "Raimundo Farias". Paulo Barroso chegou ao local já no final da manhã, sugeriu a cravação de estacas especiais através de macaco hidráulico, que se apóia no próprio bloco, e não de bate-estacas, para evitar vibrações perigosas. O serviço começaria cinco dias depois, tempo necessário para a montagem do aparelho. Mas Barroso só poderia dar um parecer definitivo depois de ver as plantas, que desconhecia. Alguém saiu para providenciá-las. Achando que os cinco dias seriam muito tempo, Antonio Enéas sugeriu a cravação dessas estacas através de um aparelho rotativo, que só o engenheiro Nagib Charone possuía. Foram atrás dele.

Eram 17,15 horas quando o estagiário de engenharia João Martins chegou ao escritório de obra, montado no pilotis, e disse a Paulo Leão que fora ouvido "um pequeno ruído". Paulo, que nesse momento falava com a esposa, desligou imediatamente o telefone e desceu para a garagem com o estagiário. Viu a viga do pilar 12, já fissurada, se romper. Saiu correndo. Só teve tempo de chegar à calçada, mas ainda foi alcançado por restos de escombros. Uma pedra o atingiu e ele desmaiou.

Mortes: inevitáveis? – O laudo da polícia paulista diz que aproximadamente 100 pessoas estavam dentro do prédio quando o "Raimundo Farias" veio abaixo. O prédio desabou quase que verticalmente, com ligeiro movimento para um dos lados. As lajes dos andares superiores foram se superpondo umas sobre as outras. Era como se tivesse sido implodido.

Naquele momento, João Batista Ribeiro Barbosa colocava azulejos nas paredes de um apartamento no último andar, o 12º. Outros 12 operários faziam serviços semelhantes, no mesmo pavimento. Só João se salvou, não sabe como. Outros operários poderiam ter escapado, mas esbarraram numa cerca de madeira de dois metros de altura, que não conseguiram ultrapassar. Segundo Adenor, a cerca foi construída no dia 13 mesmo. Para que? "Para evitar que pessoas de fora da obra observassem os serviços que estavam sendo feitos" no pilar 12.